

O CAMINHO DO COMPROMISSO

Liana John

O jornalismo ambiental brasileiro fez seus primeiros ensaios em episódios esporádicos, ainda no século XIX, quando os jornais serviram de tribuna para políticos como José Bonifácio de Andrada e Silva. Os artigos defendiam as baleias, recomendavam a exploração racional dos recursos naturais e a contenção dos desmatamentos, como medida de preservação dos recursos hídricos.

Eram meros reflexos das tribunas reais, mas certamente serviram para amplificar a voz dos políticos e apoiar medidas de fôlego, como o plantio da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, ordenado pelo imperador D. Pedro II em 1861. E deixaram suas sementes para os jornalistas da história mais recente, que forjaram seus caminhos nas redações com uma militância teimosa, disposta a esclarecer, tanto aos leitores como aos editores e demais colegas, a importância dos temas ambientais.

Isso tornou um tanto tensa a primeira fase da mídia ambiental brasileira. As autoridades políticas sentiam-se tão afrontadas pelos jornalistas “verdes” quanto o poder econômico, com sua bandeira de então, a do “desenvolvimento a qualquer preço”.

Com a evolução do movimento ambientalista e a gradativa adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas “ecologicamente corretas”, também muda o tom do jornalismo ambiental, que tende a se aproximar mais do jornalismo científico.

A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de algumas delas.

Um dos primeiros políticos a perceber isso, antes até da mídia ambiental ter um perfil mais definido, foi Paulo Nogueira Neto, primeiro secretário especial de Meio Ambiente do país, que esteve à frente da SEMA durante 12 anos (1974-86).

A SEMA foi criada no Ministério do Interior apenas “pro forma”, num momento politicamente muito difícil. A estratégia de Nogueira Neto para transformar seu cargo decorativo em uma secretaria de verdade foi recorrer à imprensa, falando abertamente de problemas ambientais, em plena vigência da censura. Com habilidade, ele mandava recados através dos jornais para o governo do qual fazia parte, conseguindo aprovação política e recursos para criar 26 estações ecológicas, que somam 3,2 milhões de hectares.

Segundo Nogueira Neto, algumas destas áreas não existiriam sem a persistência da imprensa em seu favor, como é o caso da Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis, defendida pelo jornal O Globo, e a Estação Ecológica Juréia-Itatins, que virou bandeira do O Estado de S. Paulo.

A estratégia de usar a mídia em favor do meio ambiente funcionou até mesmo com um presidente de difícil relacionamento com a imprensa, como o general João Batista de Figueiredo. Durante as negociações para aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) achou que a indústria seria muito prejudicada e pediu 13 vetos (em 26 artigos) a Figueiredo, já que o Congresso Nacional havia aprovado o texto da SEMA por unanimidade. Com os jornais apoiando o texto original, Figueiredo vetou apenas um artigo.

A SEMA foi modificada diversas vezes até se transformar no atual Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os titulares desta pasta não repetiram a mesma estratégia, mas os temas levantados pela

mídia ambiental continuaram a ser pauta obrigatória nos gabinetes.

Foi assim, por exemplo, com a despoluição do Rio Tietê, em São Paulo, uma campanha que nasceu de uma reportagem da Rádio Eldorado, realizada em 1990, comparando o rio paulista com o Tâmisa, que atravessa Londres, na Inglaterra. Da reportagem surgiu a campanha, com um abaixo assinado histórico de 1,2 milhão de assinaturas. Nasceu também o Núcleo Pró-Tietê da Fundação SOS Mata Atlântica e um programa de despoluição do governo estadual. Na primeira fase da despoluição, foram gastos 1,1 bilhão de dólares em obras de saneamento e ligações domiciliares de esgotos, além dos acordos com as indústrias poluentes, obrigadas, através da CETESB, o órgão fiscalizador estadual, a reduzir as emissões de efluentes tóxicos.

Também no caso das queimadas da Amazônia, a insistência da mídia acabou colocando o tema na pauta governamental. Desde 1987, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) utilizava os satélites NOAA para identificar focos de fogo na Amazônia, a pedido do extinto IBDF, hoje Ibama. A Agência Estado (AE) iniciou, em agosto de 1988, uma campanha, com séries especiais publicadas no Jornal da Tarde e no O Estado de S. Paulo. A capa do Jornal da Tarde, com as imagens de satélite do INPE, foi parar em Haia, na Holanda, nas mãos da ambientalista Mary Alegretti, hoje secretária de Amazônia do MMA, onde chamou a atenção da imprensa internacional.

A campanha da AE virou uma cobertura sistemática das queimadas, com o aprimoramento dos mapas, publicados todas as estações secas, de junho a novembro, durante os últimos 13 anos.

Nos primeiros anos, os técnicos do Prevfogo, do

Ibama, mal respondiam aos questionamentos, formulados a partir da verificação de focos de queimadas fora de controle com a localização precisa. A situação agravou-se em 1998, em Roraima, com o grande incêndio, que atingiu 34 mil km² de lavrados e florestas abertas, incluindo unidades de conservação. Em Roraima, a época de queimadas é diferente, agravando-se de janeiro a março, quando não havia monitoramento. As imagens do NOAA, captadas em Cachoeira Paulista, também não alcançavam todo o estado e o Brasil só percebeu a gravidade da situação quando ela já estava fora de controle.

Hoje, o monitoramento é contínuo e abrange todo o território nacional. Quem cobra os órgãos fiscalizadores não são apenas os jornalistas ambientais. A pauta chegou nas editorias de economia, cadernos agrícolas e em coletivas gerais. Quem responde não é mais um funcionário mal humorado com as perguntas, mas o presidente do Ibama, Hamilton Casara, quando não o próprio ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. E com respostas precisas, de quem recebeu a informação dos satélites e mandou checar as áreas críticas, mobilizando fiscais e brigadas de combate ao fogo.

A preocupação com o controle das queimadas estendeu-se, ainda, ao Ministério da Agricultura, que tem um programa de substituição das queimadas por outras técnicas agrícolas, assim como diversas ONGs, que estão fazendo acordos com o poder municipal e a sociedade civil para racionalizar o uso do fogo e evitar o descontrole.

Exemplos como estes não seriam possíveis, se os jornalistas ambientais não tivessem se organizado melhor, também entre si, buscando a melhoria da qualidade da cobertura ambiental em cursos de aperfeiçoamento e discutindo a própria história, via Internet, na Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental.

A idéia da rede surgiu em outubro de 1989, nos bastidores de um congresso realizado em Brasília pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no qual foram discutidas a qualidade da cobertura ambiental e as possíveis formas de organização dos jornalistas ambientais.

Ao longo de 1990, a idéia de fundar Núcleos de Jornalistas Ambientais tomou força em diversos estados, com especial destaque para o Rio Grande do Sul, Paraíba, Paraná e São Paulo. Com diferentes formas de organização, os núcleos conseguiram levar adiante algumas iniciativas importantes, como a realização de workshops, cursos de pós-graduação, publicação de guias, boletins e jornais. Em novembro de 1990, em Curitiba, os núcleos de jornalistas e a FENAJ realizaram uma reunião preparatória para a cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluída no calendário oficial da Rio-92.

O único destes núcleos ainda ativo é o do Rio Grande do Sul, com 11 anos de existência e muitas histórias para contar. Entre elas, a parceria com os jornalistas gaúchos Roberto Villar Belmonte e João Batista Santafé Aguiar, moderadores virtuais da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, criada em dezembro de 1998, já com as facilidades de comunicação geradas pela expansão da Internet. Hoje são mais de 230 jornalistas compartilhando pautas e fontes, discutindo ética e grandes temas, através de listas eletrônicas.

O resultado de toda esta evolução do jornalismo ambiental brasileiro, de certa forma, pode ser medido nas duas pesquisas "O que o Brasileiro Pensa de Ecologia?" do Museu de Astronomia e Ciências Afins e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAST/CNPq), realizadas pelo Ibope, em 1991 e 1997. Na pesquisa 3.650 pessoas responderam a um questionário, de uma hora de duração, sobre seus valores, atitudes

e opiniões relativos ao meio ambiente. A amostra foi a mesma das pesquisas de eleição pre-sidencial e corresponde ao perfil da população brasileira maior de 16 anos. Em ambas as pesquisas, os temas ambientais apontados espontaneamente como prioritários eram os temas abordados na época pela grande imprensa, com desmatamentos, poluição dos rios, poluição do ar e queimadas em primeiro lugar, abrangendo 87% das menções.

Tamanha responsabilidade certamente obriga cada jornalista ambiental a refletir sobre a qualidade da informação, diariamente levada a público. Não se trata apenas de informar ou relatar fatos. Trabalhar com a consciência do lugar que o jornalismo ocupa na agenda ambiental é se preocupar muito mais com a precisão, o rigor científico, as opiniões embutidas nos textos e a educação do leitor. É trilhar o caminho sem volta do compromisso.

Liana John

Jornalista, repórter de ciência e meio ambiente da Agência Estado
<http://www.estadao.com.br/ciencia>
lj@agest.ecof.org.br